

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BAURU
FORO DE BAURU
4ª VARA CÍVEL
RUA AFONSO PENA 5-40, Bauru - SP - CEP 17060-250
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1026200-13.2020.8.26.0071**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: -----
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **ARTHUR DE PAULA GONCALVES**

Vistos.

-----, qualificada nos autos, ajuizou ação de acidente do trabalho contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS**, também qualificado nos autos, objetivando compelir a autarquia federal a conceder o benefício de auxílio-acidente a partir da cessão do auxílio-doença. Alegou, em síntese, que sofreu acidente durante o deslocamento para o trabalho, tendo sofrido múltiplas lesões, tais como esmagamento do cotovelo esquerdo, fratura do ombro esquerdo e ferimentos na cabeça e rosto, com a necessidade de tratamento cirúrgico, fisioterápico e medicamentoso, portanto, faz jus a concessão do benefício.

Citada, a parte ré apresentou contestação na qual impugnou os pedidos afirmando que a parte autora não preenche os requisitos legais necessários à obtenção do benefício pleiteado na petição inicial. Requereu, por fim, a improcedência dos pedidos.

A parte autora ofereceu réplica e nela rebateu os argumentos da contestação do réu. Em seguida foi realizada perícia médica, com a apresentação do laudo pericial e manifestação das partes sobre ele.

A ré apresentou proposta de transação à autora, que não concordou com o termos e requereu o prosseguimento da ação.

É o relatório.

Fundamento e decidido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BAURU
FORO DE BAURU
4ª VARA CÍVEL
RUA AFONSO PENA 5-40, Bauru - SP - CEP 17060-250
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1026200-13.2020.8.26.0071 - lauda 1

Trata-se de ação de acidente do trabalho movida por segurada que comporta o julgamento no estado em que se encontra, sem a mínima necessidade de produção de prova testemunhal.

A matéria está suficientemente esclarecida pela perícia médica realizada nos autos, certo que nenhuma testemunha, por mais idônea e capacitada que seja, pode infirmar ou seus depoimentos sobreponham-se às conclusões a que chegou o perito judicial, de maneira que o julgamento do processo sem a inquirição de pessoas não configura nenhum cerceamento de defesa. Nesse sentido:

“Acidente do trabalho – Prova – Testemunha – Desnecessidade – Prevalência da prova pericial. Para diagnóstico da moléstia incapacitante, desnecessário o depoimento de testemunha, pois este não pode se sobrepor à prova pericial” (2º TACSP, 3ª Câ., Ap. 415.562, rel. Juiz Milton Sanseverino, j. 18.10.1994).

“Acidente do trabalho – Prova – Necessidade de conhecimentos especializados científicos ou técnicos – Substituição por testemunha – Descabimento. Fatos e situações suscetíveis de conhecimento especializado, científico ou técnico, não se compaginam com prova testemunhal; a parte irresignada com a vistoria ou perícia realizada, deve diligenciar por meio de assistente técnico, a produção da prova adequada que não se pode substituir por testemunha” (2º TACSP, 5ª Câ., Ap. 327.147, rel. Juiz Ricardo Dip, j. 09.12.1992).

“Acidente do trabalho – Prova – Conhecimentos científicos ou técnicos – Perícia – Necessidade – Substituição por testemunha – Descabimento – Cerceamento de defesa – Inocorrência. Não ocorre cerceamento de defesa quando o juiz não admite prova testemunhal que tenha por objetivo esclarecer fatos cuja prova objetiva somente seja possível na forma técnica, ou seja, por meio de perícia” (2º TACSP, 3ª Câ., Ap. 561.077-00/9, rel. Juiz Aclibes Burgarelli, j. 07.12.1999).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BAURU
FORO DE BAURU
4ª VARA CÍVEL
RUA AFONSO PENA 5-40, Bauru - SP - CEP 17060-250
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1026200-13.2020.8.26.0071 - lauda 2

O laudo pericial concluiu que **"há sequelas, que estão consolidadas e acarretam impotência funcional do membro superior esquerdo em grau médio e redução da capacidade laborativa da pericianda para o seu trabalho habitual"**.

E ainda: **"Está apta para a função que exercia como auxiliar de escritório, mas com limitações e restrições que acarretam menor rendimento e maior esforço na execução do trabalho"** (página 210).

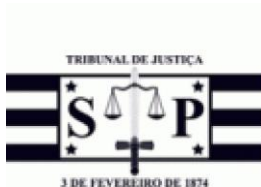
O nexo causal entre o quadro apresentado pela autora e o acidente de trabalho noticiado na petição inicial emerge demonstrado não só pelo teor da prova técnica como também pelo reconhecimento na esfera administrativa pelo próprio réu, que concedeu anteriormente auxílio-doença acidentário.

No que se refere ao comprometimento da capacidade laborativa são convincentes as explicações do perito judicial que, mediante detalhado exame, concluiu pela incapacidade laborativa parcial e permanente da autora e que tudo isso é decorrente das sequelas que guardam nexo causal com o acidente *in itinere*.

Sabendo-se que as atividades exercidas pela autora requerem o uso constante da área lesada, não há dúvida de que as mencionadas sequelas repercutem sobre potencial laborativo dela.

Daí estar a merecer inteira credibilidade o entendimento médico acima enunciado. Cumpre ressaltar que para o cabimento da reparação acidentária não é imperioso o segurado deixar de trabalhar, bastando, como sabido, que fique sujeito ao dispêndio de maior esforço para o desempenho da mesma atividade profissional. Se precisa se esforçar mais para fazer o mesmo, está evidente que a capacidade do segurado diminuiu.

Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar o réu a pagar o benefício de auxílio-acidente a partir da cessação na esfera administrativa do benefício de auxílio-doença por acidente de trabalho (06.08.2017), à razão de 50% do salário-de-benefício da autora, tudo acrescido de abono anual e juros moratórios mensal sobre o total acumulado das parcelas vencidas até a citação e a partir desta sobre o valor de cada parcela vencida, mês a mês.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE BAURU
FORO DE BAURU
4ª VARA CÍVEL
RUA AFONSO PENA 5-40, Bauru - SP - CEP 17060-250
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

1026200-13.2020.8.26.0071 - lauda 3

Os valores devidos pelos benefícios em atraso serão atualizados nos termos da legislação em vigor. Condeno ainda o réu ao pagamento de honorários advocatícios, que serão arbitrados oportunamente, conforme os critérios e percentuais do art. 85, §§ 3º, I a V, e 4º, II, do Código de Processo Civil de 2015

Se interposta apelação contra esta sentença e também eventual recurso adesivo, como nos termos do Código de Processo Civil de 2015, cabe apenas à instância *ad quem* examinar os requisitos e pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade recursal (art. 1.010, § 3º), providencie a serventia a intimação da parte apelada e/ou da parte recorrente em caráter adesivo para apresentar, se quiser, as correspondentes contrarrazões, no prazo de quinze dias (art. 1.010, § 1º), sob pena de preclusão e, após, independentemente de nova decisão ou despacho, remeta-se os autos do processo judicial eletrônico (digital) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Seção de Direito Privado, no prazo e com as cautelas de estilo.

Decorrido o prazo para a interposição de recursos voluntários ou processados os eventualmente interpostos, submeta-se esta sentença ao duplo grau de jurisdição obrigatório para o reexame necessário perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Seção de Direito Público, conforme estabelece o art. 496, I, do Código de Processo Civil de 2015. P. R. I. C.

Bauru, 01 de julho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

1026200-13.2020.8.26.0071 - lauda 4